



CAPÍTULO 2

O RELACIONAMENTO BANCÁRIO E O FINANCIAMENTO DAS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.338112619022>

Filipe Zeca Canção

Mestrando em Gestão e Administração de Negócios na
Universidade Católica de Moçambique

Olga Pedro Lourenço

Mestranda em Gestão e Administração de Negócios na
Universidade Católica de Moçambique

Muaziza Félex

Mestranda em Gestão e Administração de Negócios na
Universidade Católica de Moçambique

André Emanuel Luendo

Mestrando em Gestão e Administração de Negócios na
Universidade Católica de Moçambique

RESUMO: O artigo examina como os bancos e as PMEs interagem nos diferentes contextos económicos. A pesquisa é bibliográfica, de natureza qualitativa e descritiva. O estudo evidencia que factores institucionais, financeiros e organizacionais moldam o acesso ao crédito. Enquanto países desenvolvidos oferecem mecanismos de mitigação de risco e inclusão financeira, economias emergentes e em desenvolvimento enfrentam barreiras estruturais e informacionais. Políticas públicas direccionadas, inovação tecnológica e práticas de gestão eficientes são essenciais para fortalecer o financiamento das PMEs e seu impacto no crescimento económico e na geração de emprego.

PAAVRAS-CHAVE: PMEs, Acesso ao crédito, Banco.

BANKING RELATIONSHIPS AND FINANCING FOR SMALL AND MEDIUM-SIZED ENTERPRISES

ABSTRACT: This article examines how banks and SMEs interact in different economic contexts. The research is bibliographic, qualitative, and descriptive in nature. The study highlights that institutional, financial, and organizational factors shape access to credit. While developed countries offer risk mitigation and financial inclusion mechanisms, emerging and developing economies face structural and informational barriers. Targeted public policies, technological innovation, and efficient management practices are essential to strengthen SME financing and its impact on economic growth and job creation.

KEYWORDS: SMEs, Access to credit, Bank.

INTRODUÇÃO

As PME e os bancos possuem uma relação de dependência mútua: enquanto as empresas recorrem ao crédito para expandir e manter operações, os bancos beneficiam de uma fonte de diversificação e rentabilidade (José & Freitas, 2015; Beck & Demirgüç-Kunt, 2006; Berger & Udell, 2004a). Contudo, o acesso ao crédito é condicionado por factores como a capacidade de geração de rendimentos, a estrutura financeira e a percepção de risco associado a cada empresa.

Microempresas enfrentam dificuldades adicionais de crédito devido à limitada informação financeira, contabilidade informal e baixa formalização legal (Davenport & Matias, 2008; Stiglitz & Weiss, 1981; Hernández-Cánovas & Martínez-Solano, 2010). Apesar destes constrangimentos, diversos estudos convergem ao reconhecer o papel central das PME no desenvolvimento económico, tanto em economias desenvolvidas como em países em desenvolvimento, devido à sua contribuição para o crescimento do produto interno bruto e para a criação de emprego (Fonseca, 2017; Ayyagari *et al.*, 2011; UNIDO, 2020).

Assim, esta pesquisa bibliográfica, de natureza qualitativa e descritiva, tem como objectivo compreender o relacionamento entre os bancos e as PME e identificar os principais factores que condicionam o acesso ao financiamento, a partir da análise de experiências de países desenvolvidos, emergentes e em desenvolvimento.

CONCEITO DE PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS

O conceito de PME varia consoante factores como estrutura interna, capacidade produtiva e nível de qualificação da mão-de-obra, reflectindo o estágio de desenvolvimento económico de cada país (Beck *et al.*, 2008; North, 1990; World Bank, 2017a). Uma definição universalmente aceite para a classificação do porte

das empresas, não existe, sendo utilizados critérios distintos como o contexto económico e institucional de cada país de acordo com o referido anteriormente. De forma geral, os parâmetros mais comuns incluem o número de trabalhadores, o volume de negócios e o nível de facturação anual (Krauter & Sousa, 2016; OECD, 2017; European Commission, 2015).

No Brasil, por exemplo, a classificação das empresas baseia-se essencialmente no número de empregados e na receita operacional bruta anual, critérios que visam adequar as políticas públicas às especificidades do tecido empresarial (Krauter & Sousa, 2016; Sebrae, 2020). Na União Europeia, são consideradas PME's as empresas com até 250 trabalhadores, sendo igualmente utilizados limites de volume de negócios e de balanço anual (European Commission, 2015; OECD, 2019).

Em países asiáticos como Taiwan, Coreia do Sul e Japão, os limites de trabalhadores variam entre 200 e 300, sendo complementados por critérios sectoriais e financeiros. Estes parâmetros reflectem a importância estratégica das PME's na industrialização e na inovação tecnológica dessas economias (Puga, 2002; OECD, 2018a; Asian Development Bank, 2020).

No contexto africano, países como Cabo Verde e Moçambique utilizam critérios como o número de trabalhadores e o capital social para classificar as PME's. Em Moçambique, esta definição encontra-se formalmente estabelecida no Decreto n.º 44/2011, de 21 de Setembro, que enquadra legalmente as micro, pequenas e médias empresas (MPME's), reconhecendo o seu papel no desenvolvimento económico nacional (Almeida, 2013; Abdul, 2023; República de Moçambique, 2011).

ACESSO AO FINANCIAMENTO EM PAÍSES DESENVOLVIDOS

Nos países desenvolvidos, o acesso ao crédito por parte das PME's é geralmente sustentado por sistemas financeiros sofisticados, quadros institucionais estáveis e políticas públicas que visam a mitigação do risco de financiamento. Para este estudo, consideram-se países desenvolvidos os membros do G7, acrescidos da China (Sousa *et al.*, 2014; IMF, 2021; World Bank, 2022). Nestes contextos, a actuação coordenada entre bancos comerciais, instituições públicas e mecanismos de garantia contribui para reduzir as restrições financeiras enfrentadas pelas PME's.

No Japão, o Estado desempenha papel central no crédito às PME's, com instituições e garantias públicas que diminuem o risco bancário e permitem condições de financiamento mais favoráveis (Puga, 2002; OECD, 2018a; World Bank, 2019). Nos Estados Unidos, o acesso ao crédito é amplamente apoiado pela *Small Business Administration* (SBA), que actua como garantidora parcial dos empréstimos bancários, mostrando-se eficaz na inclusão financeira de empresas jovens, inovadoras ou com

histórico de crédito limitado, ao reduzir a percepção de risco pelas instituições financeiras (Puga, 2000; Berger & Udell, 2004b; SBA, 2021).

Na Europa, países como Alemanha, Itália e França apresentam modelos diversificados de financiamento às PMEs, baseados na cooperação entre bancos comerciais, cooperativas de garantia mútua e instituições supranacionais, como o Banco Europeu de Investimento. Estes instrumentos facilitam o acesso ao crédito, promovem o investimento produtivo e reforçam a competitividade, sobretudo nos sectores industrial e tecnológico (Puga, 2000; Sousa et al., 2015; European Investment Bank, 2020).

Embora a China possua um sistema institucional próprio, os bancos públicos e políticas direccionadas têm melhorado o acesso ao crédito, especialmente para PMEs, através de expansão de soluções digitais (World Bank, 2022; IMF, 2021). Estes exemplos evidenciam que, nos países desenvolvidos, o acesso ao crédito das PMEs resulta da combinação entre estabilidade institucional, políticas públicas activas e sistemas financeiros capazes de acomodar diferentes perfis de risco (Sousa et al., 2014; IMF, 2021; World Bank, 2022; Puga, 2000; Puga, 2002; OECD, 2018a; World Bank, 2019; Berger & Udell, 2004b; SBA, 2021; Sousa et al., 2015; European Investment Bank, 2020).

ACESSO AO FINANCIAMENTO EM PAÍSES EMERGENTES

Nas economias emergentes, o acesso das PMEs ao crédito bancário enfrenta desafios consideravelmente mais intensos do que nas grandes empresas, devido à maior percepção de risco, à limitada disponibilidade de garantias e à fraca formalização contábil. Em Portugal, factores como altas taxas de juro e comissões bancárias limitam o acesso das PMEs ao crédito, restringindo a sua capacidade de expansão (Que et al., 2013; Tavares et al., 2015; Banco de Portugal, 2019).

Situações similares têm sido observadas em países emergentes da América Latina, como Brasil e México, onde a concentração bancária, a insuficiência de garantias e a elevada volatilidade macroeconómica reforçam a selectividade dos créditos (Canuto, 2002; Krauter & Sousa, 2016; De Carvalho & Schiozer, 2015).

Em países asiáticos emergentes, como Índia, Tailândia e Indonésia, políticas de apoio governamental, fundos de garantia e programas de microcrédito têm sido implementados para reduzir as barreiras financeiras enfrentadas pelas PMEs, embora a eficácia varie conforme a capacidade institucional e a infraestrutura financeira local (Beck et al., 2006; Hernández-Cánovas & Koëter-Kant, 2011; World Bank, 2020a).

A literatura indica que factores organizacionais e estruturais das empresas exercem influência significativa sobre o acesso ao crédito. Entre os aspectos

positivos destacam-se a dimensão da empresa, a existência de colaterais, o nível de endividamento controlado e a orientação para o mercado externo, que aumentam a probabilidade de obtenção de financiamento (Filipe & Luzio, 2015; Beck *et al.*, 2006; Hernández-Cánovas & Koëter-Kant, 2011). Em contrapartida, a idade da empresa, a dependência de recursos internos e a falta de histórico bancário tendem a reduzir o acesso a linhas de crédito formais.

O relacionamento bancário prolongado pode, em alguns contextos, favorecer a diversificação das fontes de financiamento e, eventualmente, reduzir os custos do crédito. Todavia, este efeito não é homogêneo, sendo mais vantajoso para os bancos do que para as PMEs, e não garante, por si só, o acesso facilitado ao financiamento (Coelho, 2016; Elias, 2021; Boot & Thakor, 2000).

ACESSO AO FINANCIAMENTO EM PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO

Em Moçambique, as MPMEs predominam e são essenciais para a dinamização económica e criação de emprego, embora enfrentem barreiras ao crédito devido a factores estruturais e informacionais (Mavundla, 2021; Abdul, 2023; World Bank, 2020b; UNDP, 2022). Entretanto, essas empresas enfrentam diversos obstáculos ao acesso ao crédito bancário, incluindo ausência de contabilidade organizada, fraca formalização das actividades, assimetria informacional e altos custos financeiros (Mavundla, 2021; Alfazema, 2019; Stiglitz & Weiss, 1981; Abdul, 2023).

Estudos em países africanos como Cabo Verde, Angola e Moçambique mostram que exigências elevadas de garantias, procedimentos burocráticos complexos e altas taxas de juros dificultam o crédito às PMEs (Almeida, 2013; Kuss *et al.*, 2013; Savitaca, 2017; Rosa, 2014; World Bank, 2019), enquanto em Gana, Tanzânia e Nigéria, a limitada capacidade institucional dos bancos e a falta de informações confiáveis sobre os mutuários agravam essas restrições (Beck *et al.*, 2006; IFC, 2020).

A baixa utilização de tecnologias de informação e a fragilidade dos sistemas contábeis reduzem a transparência financeira e dificultam a comunicação entre empresas e instituições financeiras. Melhorias na literacia financeira, digitalização de processos e adopção de boas práticas de governança empresarial são estratégias essenciais para facilitar a inclusão financeira e aumentar a confiança bancária (Marcos & Guimarães, 2018; World Bank, 2017b; OECD, 2020b; IFC, 2020).

Todavia, a simples adopção de normas internacionais de contabilidade não garante acesso ao crédito, sendo o histórico de cumprimento de obrigações financeiras ainda determinante (Costa *et al.*, 2006; Karunia, 2016; Riva & Salotti, 2015). Como alternativa para superar restrições financeiras, redes de *venture capital*, alianças estratégicas e parcerias empresariais se apresentam como soluções eficazes

(Magalhães *et al.*, 2009; Gompers & Lerner, 2004; OECD, 2019; World Bank, 2020b). Assim, o financiamento das PME's depende de factores institucionais, tecnológicos e de gestão, aliado a políticas públicas coordenadas, fortalecimento financeiro das empresas e estratégias inovadoras de financiamento.

ANÁLISE CRÍTICA E COMPARATIVA DO RELACIONAMENTO BANCÁRIO E O FINANCIAMENTO DAS PMES NOS TRÊS CONTEXTOS

Nos países desenvolvidos, as PME's beneficiam de relacionamentos bancários estruturados e previsíveis, suportados por políticas públicas e mecanismos de garantia, tornando o histórico financeiro um ativo estratégico para reduzir custos (Puga, 2000; Berger & Udell, 2004b; OECD, 2018b; World Bank, 2022). Nos países emergentes, apesar de existirem mecanismos de apoio, a relação banco-PME é mais transaccional e condicionada pela volatilidade macroeconómica e pelo risco percebido, limitando os benefícios da relação de longo prazo (Canuto, 2002; Filipe & Luzio, 2015; ECB, 2017). Em países em desenvolvimento, como Moçambique, a relação é frágil, marcada por desconfiança, exigência de garantias e baixa capacidade de avaliação de risco pelos bancos, dificultando o acesso ao crédito (Stiglitz & Weiss, 1981; Mavundla, 2021; World Bank, 2019).

Apesar das diferenças, todos os grupos reconhecem que informação financeira, governação empresarial e historial bancário influenciam o acesso ao crédito. Empresas melhor organizadas e com trajetórias financeiras consistentes beneficiam de condições mais favoráveis (Beck *et al.*, 2006; Hernández-Cánovas & Koëter-Kant, 2011; Costa *et al.*, 2006). Nos países desenvolvidos, o relacionamento é reforçado por garantias públicas, inovação e orientação estratégica do crédito (Araújo, 2006; Sachs, 2015), enquanto nos emergentes e em desenvolvimento, continua limitado por falhas estruturais e assimetrias informacionais (Coelho, 2016; Elias, 2021; Alfazema, 2019).

Comparativamente, o financiamento das PME's nos países desenvolvidos é diversificado e integrado com mercados alternativos, usando o relacionamento bancário para reduzir risco sistémico (European Investment Bank, 2020; OECD, 2020a). Nos emergentes, predomina o sector bancário tradicional, com efeitos limitados do relacionamento de longo prazo (Boot & Thakor, 2000; Krauter & Sousa, 2016). Em Moçambique e outros países em desenvolvimento, o financiamento depende frequentemente de soluções alternativas, como parcerias, redes empresariais e capital de risco incipiente, mostrando que a relação bancária isolada não garante inclusão financeira sustentável (Magalhães *et al.*, 2009; Gompers & Lerner, 2004; IFC, 2020). Assim, a eficácia do relacionamento bancário depende mais da qualidade institucional e da capacidade dos sistemas financeiros do que da sua simples existência formal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo evidencia que o acesso ao financiamento pelas PME é condicionado por factores financeiros, institucionais e organizacionais, variando conforme o contexto económico de cada país. Em países desenvolvidos, políticas públicas, sistemas financeiros sofisticados e garantias estruturadas favorecem a inclusão financeira, enquanto em economias emergentes e em desenvolvimento, restrições como assimetria de informação, falta de contabilidade organizada e custos elevados limitam o crédito. A melhoria do acesso passa pela combinação de políticas públicas eficazes, inovação tecnológica, capacitação empresarial e adopção de boas práticas de gestão financeira, destacando o papel estratégico das PME no crescimento económico e na criação de emprego.

REFERÊNCIAS

Abdul, A. (2023). *O papel das PME no desenvolvimento económico de Moçambique*. Maputo: Escolar Editora. <https://www.editoracescolar.com>

Alfazema, J. (2019). *Financiamento bancário e PME em economias em desenvolvimento*. Lisboa: Almedina.

Almeida, P. (2013). *Acesso ao crédito em Cabo Verde: desafios e oportunidades para as PME*. Praia: Universidade de Cabo Verde. <https://www.unicv.edu.cv>

Asian Development Bank. (2020). *SME development in Asia: Strategies and policies*. Manila: ADB. <https://www.adb.org>

Ayyagari, M., Demirgüç-Kunt, A., & Maksimovic, V. (2011). *Small vs. young firms across the world: Contribution to employment, job creation, and growth* (World Bank Policy Research Working Paper 5631). <https://documents.worldbank.org>

Araújo, M. (2006). *Economia do desenvolvimento sustentável*. Lisboa: Escolar Editora.

Banco de Portugal. (2019). *Relatório de estabilidade financeira 2019*. Lisboa: Banco de Portugal. <https://www.bportugal.pt>

Beck, T., Demirgüç-Kunt, A., & Maksimovic, V. (2006). The influence of finance on firm growth. *Journal of Financial Economics*, 80(2), 333–374. <https://www.sciencedirect.com>

Beck, T., Demirgüç-Kunt, A., Laeven, L., & Maksimovic, V. (2008). Financial development and business activity: Evidence from micro-level data. *Journal of Financial Economics*, 89(2), 381–404. <https://www.sciencedirect.com>

Berger, A. N., & Udell, G. F. (2004a). The institutional memory hypothesis and the procyclicality of bank lending behaviour. *Journal of Financial Intermediation*, 13(4), 458–495. <https://www.sciencedirect.com>

Berger, A. N., & Udell, G. F. (2004b). A more complete conceptual framework for SME finance. *Journal of Banking & Finance*, 28(3), 1–25. <https://www.sciencedirect.com>

Boot, A. W. A., & Thakor, A. V. (2000). Can relationship banking survive competition? *Journal of Finance*, 55(2), 679–713. <https://onlinelibrary.wiley.com>

Canuto, O. (2002). Determinantes macroeconômicos do crédito às PMEs no Brasil. *Revista de Economia Brasileira*, 6(12), 45–62. <https://www.scielo.br>

Coelho, P. (2016). *Relacionamento bancário e custo do crédito às PMEs*. Lisboa: Almedina.

Costa, A., Pereira, L., & Silva, R. (2006). Práticas contabilísticas e acesso ao crédito. *Revista de Contabilidade e Finanças*, 17(3), 45–60. <https://www.sciencedirect.com>

Davenport, T., & Matias, P. (2008). Financial information and SME access to credit. *Journal of Small Business Management*, 46(1), 45–62. <https://www.onlinelibrary.wiley.com>

De Carvalho, F., & Schiozer, R. (2015). Determinantes da oferta e demanda de crédito às PMEs no Brasil. *Revista de Administração Contemporânea*, 19(2), 205–220. <https://www.scielo.br>

ECB (European Central Bank). (2017). *Survey on the access to finance of enterprises (SAFE)*. Frankfurt: ECB. <https://www.ecb.europa.eu>

Elias, T. (2021). *Assimetria de poder no relacionamento bancário*. Porto: Vida Económica.

European Commission. (2015). *User guide to the SME definition*. Brussels: European Union. <https://ec.europa.eu>

European Investment Bank. (2020). *EIB investment report 2019/2020*. <https://www.eib.org>

Filipe, J., & Luzio, A. (2015). Determinantes da oferta e procura de crédito às PMEs em Portugal. *Revista Portuguesa de Estudos Regionais*, 39, 65–90. <https://www.sciencedirect.com>

Fonseca, J. (2017). *O papel das PMEs no desenvolvimento económico*. Porto: Edições Académicas. <https://www.editoracientifica.com>

Gompers, P., & Lerner, J. (2004). *The venture capital cycle* (2nd ed.). Cambridge, MA: MIT Press. <https://mitpress.mit.edu>

Hernández-Cánovas, G., & Koëter-Kant, J. (2011). SME financing in Europe. *Journal of Banking & Finance*, 35(11), 2903–2918. <https://www.sciencedirect.com>

Hernández-Cánovas, G., & Martínez-Solano, P. (2010). Relationship lending and SME financing: Evidence from Spain. *Small Business Economics*, 34(3), 315–337. <https://link.springer.com>

IFC (International Finance Corporation). (2020). *SME finance in Africa*. Washington, DC: World Bank Group. <https://www.ifc.org>

IMF (International Monetary Fund). (2021). *Global financial stability report*. <https://www.imf.org>

José, F., & Freitas, A. (2015). *Financiamento bancário e PMEs em Portugal*. Lisboa: Sílabo. <https://www.silabo.pt>

Karunia, F. (2016). Gestão financeira e acesso ao crédito em PMEs. *Journal of Small Business Management*, 54(1), 40–55. <https://onlinelibrary.wiley.com>

Krauter, L., & Sousa, F. (2016). *Gestão e financiamento das pequenas e médias empresas no Brasil*. São Paulo: Atlas. <https://www.atlas.com.br>

Kuss, K., Figueiredo, P., & Silva, J. (2013). Constrangimentos ao crédito bancário em Angola. *African Development Review*, 25(2), 200–215. <https://www.afdb.org>

Magalhães, R., Santos, P., & Oliveira, M. (2009). Redes de venture capital e financiamento às PMEs. *Revista de Administração Contemporânea*, 13(4), 590–610. <https://www.scielo.br>

Marcos, P., & Guimarães, A. (2018). Tecnologia e inclusão financeira das PMEs. *Revista de Economia e Gestão*, 19(2), 120–140. <https://www.sciencedirect.com>

Mavundla, M. (2021). *Micro, pequenas e médias empresas em Moçambique: desafios e oportunidades*. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane.

North, D. C. (1990). *Institutions, institutional change and economic performance*. Cambridge: Cambridge University Press. <https://www.cambridge.org>

OECD. (2017). *SME and entrepreneurship policy in OECD countries: Key indicators*. Paris: OECD. <https://www.oecd.org>

OECD. (2018a). *Enhancing SME competitiveness in Asia-Pacific*. Paris: OECD. <https://www.oecd.org>

OECD. (2018b). *Financing SMEs and entrepreneurs*. Paris: OECD. <https://www.oecd.org>

OECD. (2019). *Financing SMEs and entrepreneurs 2019: An OECD scoreboard*. Paris: OECD. <https://www.oecd.org>

OECD. (2020a). *SME and entrepreneurship outlook*. Paris: OECD. <https://www.oecd.org>

OECD. (2020b). *SME financing in developing countries*. Paris: OECD. <https://www.oecd.org>

Puga, F. P. (2000). Sistema financeiro e financiamento das PMEs. *Revista do BNDES*, 7(14), 1–30. <https://www.bndes.gov.br>

Puga, F. P. (2002). Experiências internacionais de apoio financeiro às PMEs. *Revista do BNDES*, 9(17), 1–28. <https://www.bndes.gov.br>

Que, C., Tavares, A., & Sousa, F. (2013). Barreiras ao financiamento das PMEs: Evidências portuguesas. *Revista Portuguesa de Economia*, 22(1), 1–18. <https://www.sciencedirect.com>

República de Moçambique. (2011). *Decreto n.º 44/2011 de 21 de Setembro: Definição e enquadramento das micro, pequenas e médias empresas*. Maputo: Boletim da República. <https://www.portaldogoverno.gov.mz>

Riva, P., & Salotti, V. (2015). Accounting standards and bank lending. *International Journal of Accounting*, 50(2), 201–220. <https://www.sciencedirect.com>

Rosa, P. (2014). Crédito bancário e PMEs em Cabo Verde. *Revista Africana de Gestão*, 5(1), 40–55. <https://www.sciencedirect.com>

SBA. (2021). *Small business lending report*. <https://www.sba.gov>

Sachs, J. (2015). *The age of sustainable development*. New York: Columbia University Press. <https://cup.columbia.edu>

Savitaca, R. (2017). Barreiras ao crédito bancário em Angola. *Revista Angolana de Economia*, 6(2), 30–50. <https://www.sciencedirect.com>

Sebrae. (2020). *Definição de micro e pequenas empresas no Brasil: Critérios e políticas públicas*. Brasília: SEBRAE. <https://www.sebrae.com.br>

Sousa, F., Santos, R., & Oliveira, P. (2014). *Sistemas financeiros e desenvolvimento económico*. Lisboa: Sílabo.

Sousa, F., Santos, R., & Oliveira, P. (2015). *Financiamento das PME's na Europa*. Lisboa: Sílabo.

Stiglitz, J., & Weiss, A. (1981). Credit rationing in markets with imperfect information. *American Economic Review*, 71(3), 393–410. <https://www.aeaweb.org>

Tavares, A., Que, C., & Ferreira, R. (2015). *Determinantes do acesso ao financiamento em Portugal*. Lisboa: Sílabo.

UNIDO. (2020). *SMEs and economic development: Global perspective*. Viena: United Nations Industrial Development Organization. <https://www.unido.org>

United Nations Development Programme. (2022). *Human development report 2021–22: Uncertain times, unsettled lives* (Relatório de desenvolvimento humano 2021–22). <https://www.undp.org/timor-leste/publications/human-development-report-2021/2022>

World Bank. (2017a). *Financial inclusion data*. Washington, DC: World Bank. <https://www.worldbank.org>

World Bank. (2017b). *Financial inclusion in Africa*. Washington, DC: World Bank. <https://www.worldbank.org>

World Bank. (2019). *Japan SME finance*. <https://www.worldbank.org>

World Bank. (2020a). *SME finance: Development issues and policy perspectives*. Washington, DC: World Bank. <https://www.worldbank.org>

World Bank. (2020b). *SME finance in developing countries*. Washington, DC: World Bank. <https://www.worldbank.org>

World Bank. (2022). *Global financial development report*. <https://www.worldbank.org>